



25 de março de 2024
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
4º Trimestre de 2023

O SALDO EXTERNO DA ECONOMIA FIXOU-SE EM 2,6% DO PIB EM 2023

O saldo externo da economia fixou-se em 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro e quarto trimestres de 2023¹, o que representou uma melhoria face a 2022, em que registou um saldo negativo (-0,4% do PIB). O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 1,5% e 1,3% relativamente ao trimestre anterior (9,0% e 8,9%, pela mesma ordem, relativamente a 2022). A capacidade de financiamento da economia em 2023, refletiu principalmente o aumento dos saldos das Administrações Públicas (AP) e das Sociedades Financeiras, que passaram, respetivamente, de -0,3 % e 1,6% do PIB em 2022, para 1,2% e 2,5% em 2023.

O RDB das Famílias² aumentou 1,3% face ao trimestre anterior e 6,7% relativamente a 2022. Para este resultado contribuíram essencialmente as remunerações, com um crescimento de 2,5% face ao trimestre anterior e de 10,7% em termos anuais. A taxa de poupança fixou-se em 6,3% em 2023 e 2022, bem como no 3º trimestre de 2023. Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* das Famílias aumentou 0,3% e 1,1%, relativamente ao trimestre anterior e a 2022, respetivamente.

O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,0% do PIB, menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior, influenciado pelo aumento de 2,7% das remunerações pagas, que mais do que compensou o aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 1,9%. Comparativamente com 2022, o saldo melhorou em 0,3 p.p. do PIB.

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 2,5% do PIB no quarto trimestre de 2023, menos 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior. Em termos anuais, a capacidade de financiamento aumentou em 0,9 p.p. do PIB face a 2022, devido principalmente ao crescimento de 38,2% do VAB, refletindo o crescimento da margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos, devido ao aumento das taxas de juro, em particular sobre os créditos.

O saldo das Administrações Públicas aumentou 0,8 p.p. no 4º trimestre de 2023, fixando-se em 1,2% do PIB (-0,3% em 2022). Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2023 atingiu -3 211,7 milhões de euros, correspondendo a -4,7% do PIB, o que compara com -8,5% no 4º trimestre de 2022. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 8,1% da receita e de 0,4% da despesa.

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas **taxas de variação em cadeia** entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque). As taxas de variação apresentadas correspondem a variações nominais.

Refira-se ainda que em anexo a este destaque são disponibilizados ficheiros Excel com informação adicional.

² Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) (S.1M).



Quadro 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

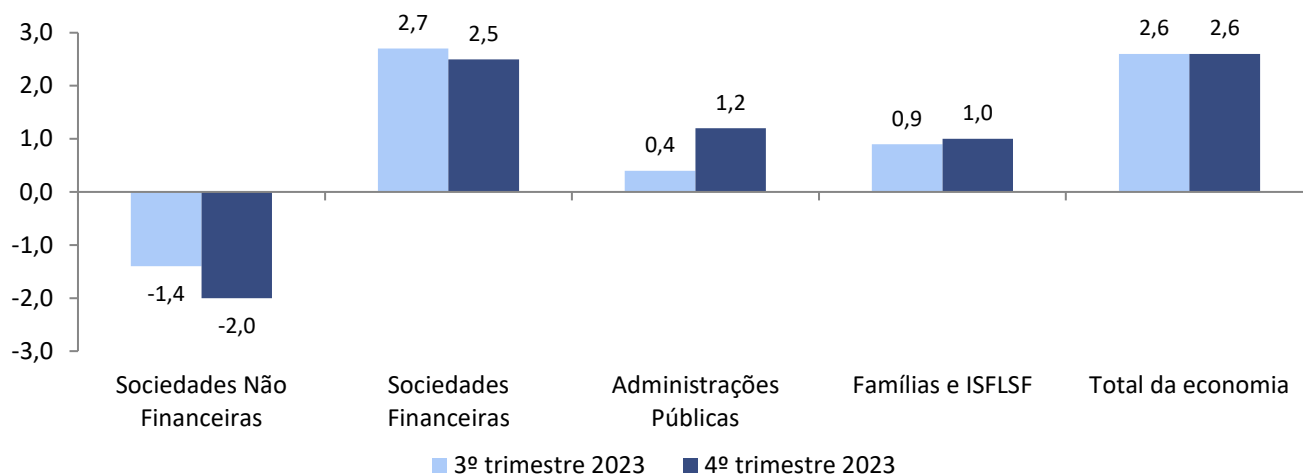
Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
4ºT 2020	-2,2	2,6	-5,8	5,2	-0,2
1ºT 2021	-2,2	2,7	-7,0	6,7	0,2
2ºT 2021	-1,0	2,2	-5,9	4,9	0,2
3ºT 2021	-2,4	2,4	-3,9	4,6	0,7
4ºT 2021	-2,8	2,4	-2,9	3,9	0,6
1ºT 2022	-2,8	1,9	-1,7	2,2	-0,4
2ºT 2022	-3,5	1,5	0,1	1,4	-0,5
3ºT 2022	-3,8	1,2	1,0	0,8	-0,8
4ºT 2022	-2,3	1,6	-0,3	0,6	-0,4
1ºT 2023	-1,6	2,0	0,1	0,1	0,5
2ºT 2023	-1,2	2,4	0,0	0,5	1,7
3ºT 2023	-1,4	2,7	0,4	0,9	2,6
4ºT 2023	-2,0	2,5	1,2	1,0	2,6

O saldo da economia no 4º trimestre de 2023 fixou-se em 2,6% do PIB, valor idêntico ao do trimestre anterior. Este comportamento refletiu sobretudo a melhoria do saldo das AP, cuja capacidade de financiamento aumentou 0,8 p.p. do PIB face ao trimestre anterior, atingindo 1,2% do PIB (-0,3% em 2022). Em sentido oposto, a necessidade de financiamento das Sociedades não financeiras agravou-se em 0,6 p.p. face ao trimestre anterior, fixando-se em -2,0% do PIB (-2,3% em 2022) e a capacidade de financiamento das Sociedades financeiras diminuiu de 2,7% do PIB no 3º trimestre para 2,5%.

A capacidade de financiamento das Famílias aumentou 0,1 p.p., para 1,0% do PIB face ao trimestre anterior (0,6% em 2022).



Figura 1. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento das Famílias fixou-se em 1,0% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias fixou-se em 1,0% do PIB no 4º trimestre de 2023, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. Em termos anuais, este resultado representou uma melhoria de 0,4 p.p. face a 2022.

A taxa de poupança das Famílias no 4º trimestre de 2023 (ver figura 2) manteve-se em 6,3% do RDB, refletindo crescimentos idênticos (1,3%) do RDB e da despesa de consumo final. Em termos anuais, o crescimento destes dois agregados foi muito próximo (6,7% e 6,8%, respetivamente), o que determinou uma taxa de poupança igual em 2022 e 2023 (6,3%).

A figura 3 apresenta as contribuições para a taxa de variação de 1,3% do RDB das Famílias no 4º trimestre de 2023 relativamente ao trimestre anterior (crescimento anual de 6,7% em 2023). As remunerações e o saldo dos rendimentos de propriedade contribuíram em 1,8 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente, para aquela taxa de variação (contributos em termos anuais de 7,3 p.p. e 0,9 p.p. em 2023, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar as prestações sociais líquidas de contribuições, que representaram -0,7 p.p..



Figura 2. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

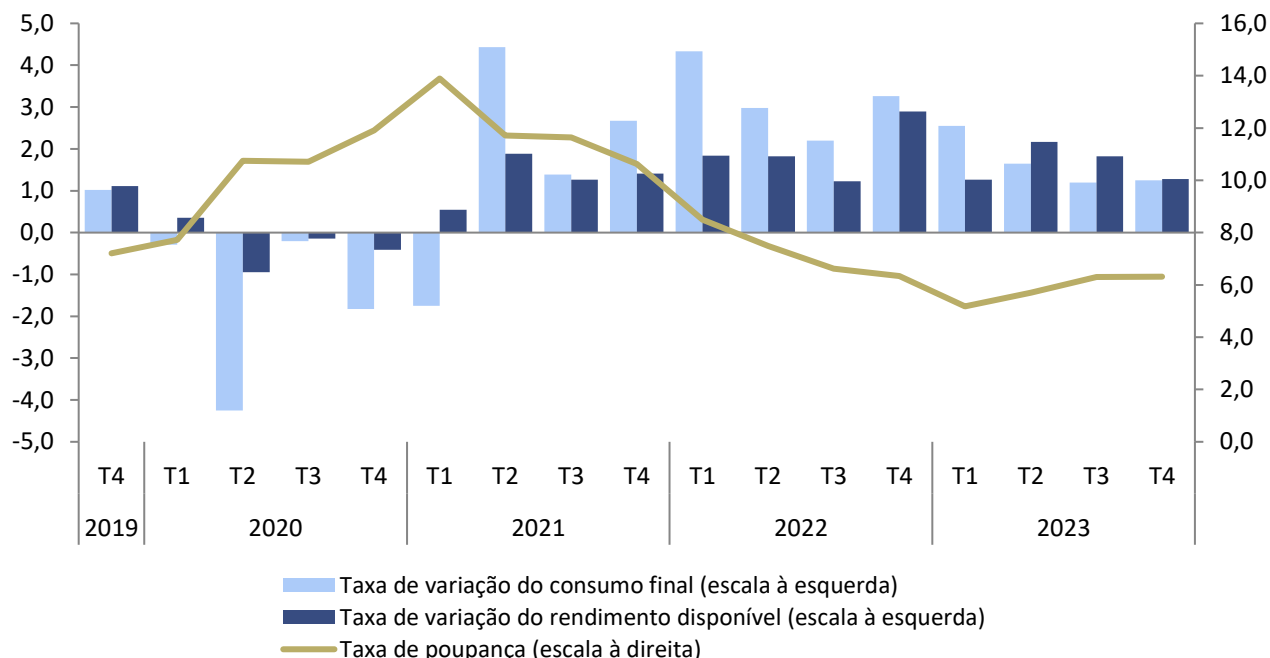
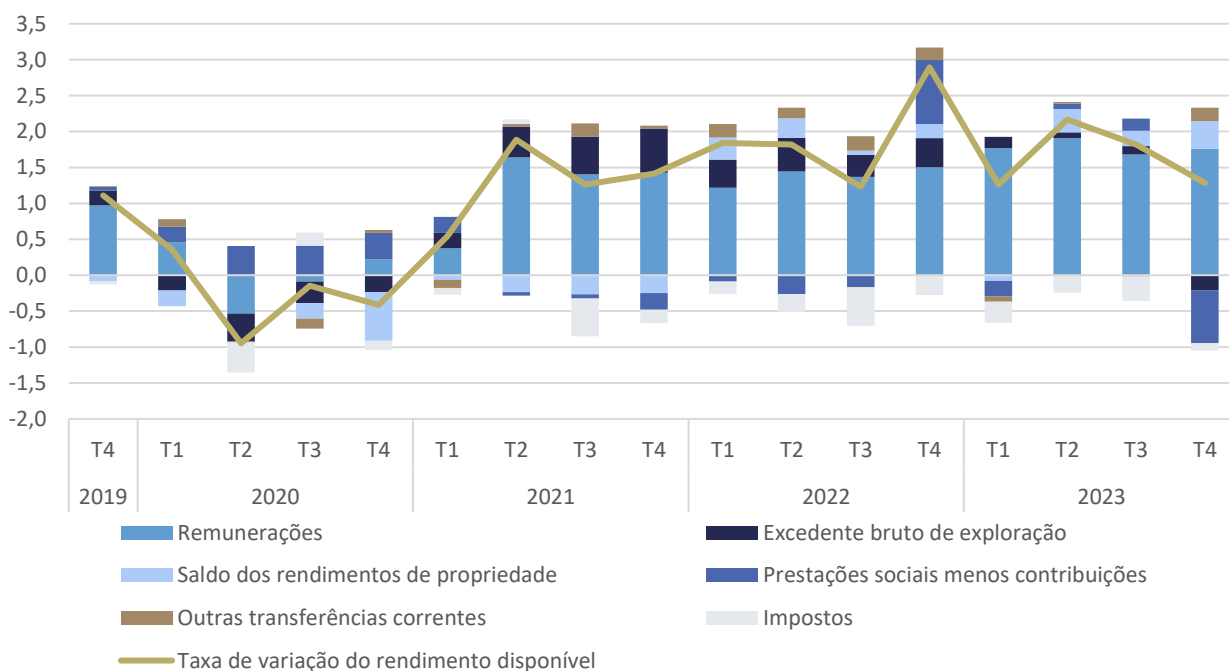


Figura 3. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)



A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 0,2% no 4º trimestre de 2023 face ao trimestre anterior. Comparando com o período homólogo, a FBCF das



Famílias diminuiu 0,3%. A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) fixou-se em 5,7% (5,8% e 6,1% no trimestre anterior e no período homólogo, respetivamente).

O RDB ajustado nominal das Famílias *per capita* fixou-se em 19,6 mil euros no 4º trimestre de 2023, o que representou um aumento de 1,2% face ao trimestre anterior e de 6,1% relativamente ao período homólogo. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF, que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

O RDB ajustado das Famílias *per capita* em termos reais, que constitui um indicador mais adequado num contexto de inflação elevada e que considera, como deflador, o índice de preços implícito na despesa de consumo final, aumentou 0,3% face ao trimestre anterior e 1,1% em termos anuais. O consumo individual, que consiste na soma do consumo privado com a despesa das AP com bens e serviços que se destinam ao consumo das famílias, também deflacionado e expresso em valores *per capita*, aumentou 0,4% face ao trimestre anterior e 1,5% em termos anuais.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,0% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras aumentou 0,6 p.p. relativamente ao trimestre anterior, fixando-se em -2,0% do PIB (saldos de -1,4% e -2,3% no trimestre anterior e em 2022, respetivamente).

O VAB cresceu 1,9% no 4º trimestre de 2023 comparativamente com o trimestre anterior e 11,4% face ao período homólogo. O aumento trimestral do VAB foi mais do que compensado pelo crescimento das remunerações e dos impostos sobre a produção em 2,7% e 3,4%, respetivamente, e pela redução em 26,3% dos subsídios à exploração, o que determinou uma redução de 0,9% do Excedente Bruto de Exploração.

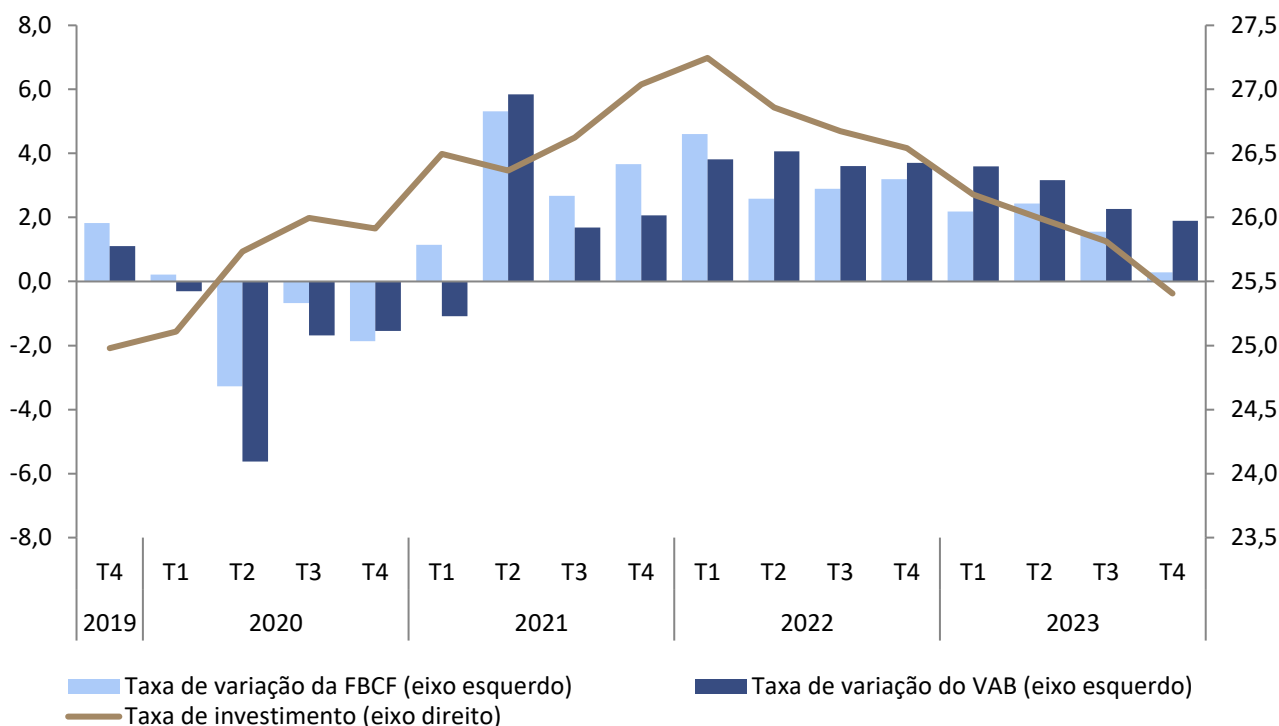
A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 23,2%, menos 1,0 p.p. que no trimestre anterior. Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido³ e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

A FBCF registou uma variação de 0,3% no 4º trimestre de 2023, inferior em 1,6 p.p. ao crescimento do VAB do setor, determinando um decréscimo de 0,4 p.p. da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB), que se fixou em 25,4%. Face a 2022, a FBCF das Sociedades Não Financeiras aumentou 6,6% e a taxa de investimento diminuiu 1,1 p.p..

³ O Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido correspondem, respetivamente, ao EBE e VAB deduzindo o consumo de capital fixo.



Figura 4. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 2,5 % do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 2,5% do PIB no 4º trimestre de 2023 (2,7% no trimestre anterior). Este comportamento resultou do agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade e do aumento dos impostos sobre o rendimento (variação de 25,6%), que mais que compensaram o aumento de 7,3% do VAB do setor. Em termos anuais, a capacidade de financiamento aumentou em 0,9 p.p. do PIB face a 2022, devido principalmente ao crescimento de 38,2% do VAB. Note-se que, conforme referido em publicações anteriores, o VAB do setor integra a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente Medido – SIFIM)⁴.

⁴ Refira-se que, em Contas Nacionais, a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (designado SIFIM) é registada como produção, influenciando o VAB, e não como juros pagos e recebidos. De forma análoga, o custo suportado pelos restantes setores institucionais nessas operações é registado como consumo intermédio ou como despesa de consumo final. Assim, refletindo o aumento significativo das taxas de juro em particular sobre os créditos, o SIFIM tem apresentado crescimentos significativos em termos nominais, determinando o aumento do VAB do setor financeiro e influenciando negativamente o VAB dos restantes setores institucionais, nomeadamente as famílias enquanto detentoras de habitação adquirida com recurso a crédito. O aumento do SIFIM suportado pelas famílias enquanto consumidores influencia positivamente a despesa de consumo final.

**Administrações Públicas: saldo aumentou 0,8 p.p. fixando-se em 1,2% do PIB**

O saldo do setor das AP aumentou 0,8 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2023, passando de uma capacidade líquida de financiamento de 0,4% para 1,2% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,1%) superior ao aumento da despesa (0,1%). Em 2022, as AP tinham registado um saldo negativo correspondente a -0,3% do PIB.

Os quadros 3 e 4 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Quadro 3. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2022T4	2023T1	2023T2	2023T3	2023T4
Receita total	106 094,4	108 144,6	110 085,4	113 298,0	115 621,5
Receita corrente	104 614,8	106 509,2	108 199,5	111 138,1	113 122,9
Impostos sobre o rendimento e património	25 689,5	26 209,3	27 102,3	27 825,7	28 435,3
Impostos sobre a produção e importação	36 329,8	36 680,9	36 858,1	37 838,5	38 453,0
Contribuições sociais	29 641,5	30 407,8	31 184,0	31 910,8	32 720,4
Vendas	7 746,5	7 859,3	8 047,2	8 057,2	8 067,8
Outra receita corrente	5 207,5	5 351,8	5 007,9	5 505,7	5 446,4
Receita de capital	1 479,6	1 635,4	1 886,0	2 160,0	2 498,6
Despesa total	106 873,6	107 869,5	110 195,4	112 290,7	112 428,0
Despesa corrente	97 656,3	98 468,8	100 398,2	102 190,8	102 192,2
Prestações sociais	44 841,3	45 066,0	45 935,8	46 919,1	46 346,9
Despesas com pessoal	25 825,1	26 190,6	26 721,9	27 204,9	27 787,0
Juros	4 664,2	4 872,1	5 126,6	5 455,5	5 751,6
Consumo intermédio	13 370,0	13 486,1	13 767,0	13 871,5	14 043,8
Subsídios	2 685,1	2 669,0	2 760,7	2 622,0	2 001,0
Outra despesa corrente	6 270,6	6 185,0	6 086,3	6 117,9	6 261,9
Despesa de capital	9 217,2	9 400,8	9 797,2	10 099,8	10 235,8
Investimento ⁽¹⁾	5 804,1	5 883,3	5 968,6	6 222,7	6 792,2
Outra despesa de capital	3 413,1	3 517,4	3 828,6	3 877,1	3 443,6
Saldo corrente	6 958,5	8 040,4	7 801,2	8 947,3	10 930,7
Saldo total	-779,1	275,1	-110,0	1 007,4	3 193,5
Por Memória:					
Despesa corrente primária	92 992,1	93 596,7	95 271,7	96 735,4	96 440,5
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	242 340,8	248 568,1	254 619,1	260 516,6	265 503,0
Saldo em % do PIB	-0,3	0,1	0,0	0,4	1,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou de uma variação nula da despesa corrente e de um aumento de 1,3% da despesa de capital. A variação nula da despesa corrente resultou dos aumentos das despesas com pessoal (2,1%), dos



juros (5,4%), do consumo intermédio (1,2%) e da outra despesa corrente (2,4%), que foram compensados pela diminuição dos encargos com prestações sociais (-1,2%) e dos subsídios (-23,7%). A despesa corrente primária, que exclui a componente de juros pagos, diminuiu 0,3% no 4º trimestre de 2023.

O aumento da despesa de capital resultou principalmente do crescimento do investimento (9,2%), tendo a outra despesa de capital diminuído 11,2%.

Quadro 4. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

Unidade: %

	2022T4	2023T1	2023T2	2023T3	2023T4
Receita total	1,7	1,9	1,8	2,9	2,1
Receita corrente	1,5	1,8	1,6	2,7	1,8
Impostos sobre o rendimento e património	3,0	2,0	3,4	2,7	2,2
Impostos sobre a produção e importação	0,5	1,0	0,5	2,7	1,6
Contribuições sociais	2,3	2,6	2,6	2,3	2,5
Vendas	3,2	1,5	2,4	0,1	0,1
Outra receita corrente	-5,3	2,8	-6,4	9,9	-1,1
Receita de capital	13,1	10,5	15,3	14,5	15,7
Despesa total	4,9	0,9	2,2	1,9	0,1
Despesa corrente	3,3	0,8	2,0	1,8	0,0
Prestações sociais	4,9	0,5	1,9	2,1	-1,2
Despesas com pessoal	0,9	1,4	2,0	1,8	2,1
Juros	-1,8	4,5	5,2	6,4	5,4
Consumo intermédio	2,0	0,9	2,1	0,8	1,2
Subsídios	33,8	-0,6	3,4	-5,0	-23,7
Outra despesa corrente	-0,6	-1,4	-1,6	0,5	2,4
Despesa de capital	24,6	2,0	4,2	3,1	1,3
Investimento ⁽¹⁾	2,2	1,4	1,4	4,3	9,2
Outra despesa de capital	98,0	3,1	8,8	1,3	-11,2
Por Memória:					
Despesa corrente primária	3,6	0,7	1,8	1,5	-0,3

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 2,1% no ano acabado no 4º trimestre de 2023, tendo a receita corrente subido 1,8% e a receita de capital 15,7%. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes, exceto da outra receita corrente (que diminuiu 1,1%), destacando-se o aumento de 2,2% da receita de impostos sobre o rendimento e património, 1,6% da receita de impostos sobre a produção e importação e 2,5% da receita de contribuições sociais. Por outro lado, o aumento da receita de capital está relacionado com a maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa de capital, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.



Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, o quadro 5 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os quartos trimestres de 2022 e 2023.

Quadro 5. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas
(valores trimestrais)

	4º trimestre de 2022		4º trimestre de 2023		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	28 725,9	45,3	31 049,3	45,4	8,1
Receita corrente	28 003,2	44,2	29 988,0	43,9	7,1
Impostos sobre o rendimento e património	6 826,9	10,8	7 436,5	10,9	8,9
Impostos sobre a produção e importação	9 249,7	14,6	9 864,2	14,4	6,6
Contribuições sociais	8 426,9	13,3	9 236,4	13,5	9,6
Vendas	2 100,6	3,3	2 111,2	3,1	0,5
Outra receita corrente	1 399,1	2,2	1 339,7	2,0	-4,2
Receita de capital	722,7	1,1	1 061,3	1,6	46,9
Despesa total	34 123,7	53,8	34 261,0	50,1	0,4
Despesa corrente	29 311,0	46,2	29 312,3	42,9	0,0
Prestações sociais	13 757,2	21,7	13 184,9	19,3	-4,2
Despesas com pessoal	7 354,0	11,6	7 936,2	11,6	7,9
Juros	1 106,2	1,7	1 402,3	2,1	26,8
Consumo intermédio	3 904,3	6,2	4 076,6	6,0	4,4
Subsídios	1 364,1	2,2	743,2	1,1	-45,5
Outra despesa corrente	1 825,2	2,9	1 969,1	2,9	7,9
Despesa de capital	4 812,7	7,6	4 948,7	7,2	2,8
Investimento ⁽¹⁾	2 161,9	3,4	2 731,4	4,0	26,3
Outra despesa de capital	2 650,9	4,2	2 217,3	3,2	-16,4
Saldo corrente	-1 307,8	-2,1	675,7	1,0	
Saldo total	-5 397,8	-8,5	-3 211,7	-4,7	
Por Memória:					
Despesa corrente primária	28 204,8	44,5	27 910,0	40,8	-1,0

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2023 atingiu -3 211,7 milhões de euros, correspondendo a -4,7% do PIB, o que compara com -8,5% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 8,1% da receita e de 0,4% da despesa.

Por componentes da despesa, registou-se uma variação nula da despesa corrente, em resultado do aumento das despesas com pessoal (7,9%), dos encargos com juros (26,8%), do consumo intermédio (4,4%) e da outra despesa corrente (7,9%). Por outro lado, a despesa com subsídios diminuiu 45,5%, refletindo a diminuição do valor associado ao registo, como subsídios pagos, da alocação adicional de verbas ao Sistema Elétrico Nacional



(SEN) para redução das tarifas de eletricidade, e os encargos com prestações sociais reduziram-se 4,2%. Refira-se que a redução das prestações sociais é explicada sobretudo por um efeito de base associado ao registo, no 4º trimestre de 2022, dos apoios atribuídos para mitigar os efeitos de crescimento dos preços, designadamente o complemento excecional de pensão e o apoio extraordinário a titulares de rendimentos e prestações sociais. A despesa corrente primária, que exclui os juros pagos, diminuiu 1,0%. A despesa de capital aumentou 2,8%, em resultado do crescimento de 26,3% do investimento e da diminuição de 16,4% da outra despesa de capital.

O crescimento de 7,1% da receita corrente traduz aumentos em todas as suas componentes, exceto a outra receita corrente. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação, as contribuições sociais e as vendas cresceram 8,9%, 6,6%, 9,6% e 0,5%, respetivamente. A receita de capital registou um aumento de 46,9%, em consequência da já referida maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesas de capital.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional para o quarto trimestre de 2022 e de 2023.

Quadro 6. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ EUR	
	2022T4	2023T4
Saldo em contabilidade pública:	-8 977,6	-3 832,8
Ajustamento <i>accrual</i> e delimitação setorial em Contas Nacionais	3 063,1	2 471,4
Diferença entre juros pagos e devidos	854,1	647,7
Outros valores a receber:	251,7	-342,4
Ajustamento temporal de impostos e contribuições	412,6	-324,6
Outros	-160,9	-17,8
Outros valores a pagar:	188,7	85,3
Encargos assumidos e não pagos	100,5	82,3
Outros	88,3	2,9
Outros ajustamentos:	-777,8	-2 240,8
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-2 632,9	-1 915,8
Saldo em contabilidade nacional:	-5 397,8	-3 211,7
PIB ⁽¹⁾	63 398,2	68 384,6
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-8,5	-4,7

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Tomando em consideração o 4º trimestre de cada ano, verificou-se uma melhoria do saldo quer em contabilidade nacional, quer em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas passou de -8,5% do PIB no 4º trimestre de 2022 para -4,7% no trimestre homólogo de 2023. O valor



das injeções de capital e assunção de dívidas no 4º trimestre de 2023 foi, na sua totalidade, destinado a entidades do setor das AP, sem impacto no saldo agregado.

Adicionalmente, tal como referido nas publicações anteriores, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, que foram prolongadas no atual contexto do conflito geopolítico, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento.

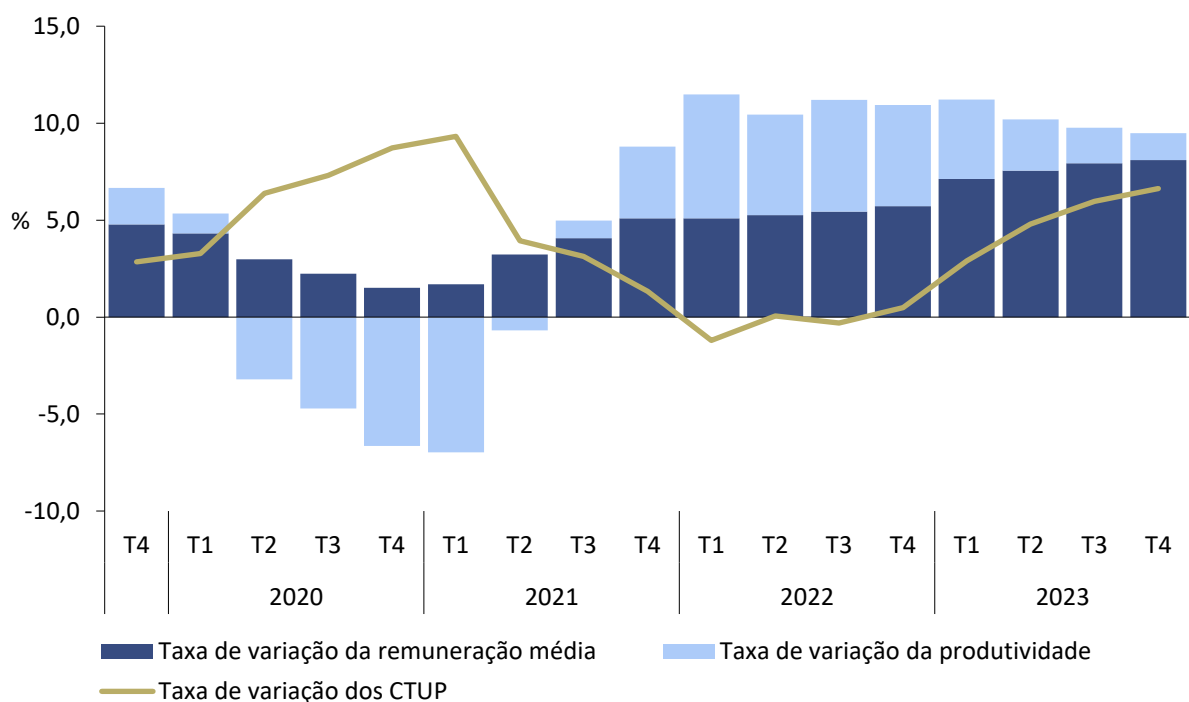
Os resultados anuais relativos às contas das AP são analisados em maior detalhe nos destaques relativos à Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos e aos Principais Agregados das Administrações Públicas, igualmente publicados hoje.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 6,6%

No ano acabado no 4º trimestre de 2023, os CTUP aumentaram 6,6% (6,0% no 3º trimestre). O aumento dos CTUP foi devido ao incremento de 8,1% da remuneração média, superior ao crescimento da produtividade (taxa de variação de 1,4%).

Figura 5. Taxa de variação homóloga dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





Contas Anuais Preliminares dos Setores Institucionais para 2023

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2023 agora divulgada, resulta da soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres do ano. O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 7. Indicadores anuais para a economia portuguesa

	2018	2019	2020	2021	2022 ^{Po}	2023 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	4,7	4,5	-6,5	7,7	12,2	12,2
RNB (taxa de variação)	4,6	4,3	-5,5	8,4	11,7	9,0
RDB (taxa de variação)	4,5	4,4	-5,3	8,7	11,3	8,9
Poupança Bruta (taxa de variação)	6,5	4,9	-9,9	18,0	10,4	18,4
Taxa de Poupança das Famílias (% do RDB)	6,8	7,2	11,9	10,6	6,3	6,3
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	4,2	4,1	-6,5	6,8	13,4	6,8
Rendimento Disponível das Famílias (taxa de variação)	4,3	4,6	-1,1	5,2	8,0	6,7
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	11,2	5,6	-3,3	16,3	12,3	3,9
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento						
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-2,4	-3,3	-2,2	-2,8	-2,3	-2,2
Sociedades Financeiras (% do PIB)	2,2	2,4	2,6	2,4	1,6	2,7
Administrações Públicas (% do PIB)	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-0,3	1,2
Famílias (% do PIB)	1,8	1,8	5,2	3,9	0,6	1,0
Total da Economia (% do PIB)	1,2	1,0	-0,2	0,6	-0,4	2,6
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	0,5	0,5	-2,1	-2,8	-2,4	0,8
CTUP (taxa de variação)	3,4	2,8	8,7	1,3	0,5	6,6

Po - dados provisórios

Pe - dados preliminares

Os dados provisórios de 2022 foram revistos de modo a incorporar a nova informação disponível. Face às estimativas anteriores, os atuais resultados determinaram a revisão dos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -2,5% do PIB para -2,3%), das Sociedades Financeiras (de 1,7% para 1,6%) e das Famílias e ISFLSF (de 0,7% para 0,6%).



NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 4º trimestre de 2023.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Salvo indicação em contrário, os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e dos dados relativos ao setor das AP também hoje publicados. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 29 de fevereiro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram a revisão em baixa de 0,1 p.p. nas taxas de variação do PIB em volume no 4º trimestre de 2023, mantendo-se a variação média anual inalterada.

Figura 6. Revisões – PIB trimestral (volume)

	Taxa de Variação Homóloga (%)								
	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22	1ºT 23	2ºT 23	3ºT 23	4ºT 23
CNT 4ºT 2023 (85 dias)	6,9	12,1	7,4	4,8	3,4	2,5	2,6	1,9	2,1
CNT 4ºT 2023 (60 dias)	6,9	12,1	7,4	4,8	3,4	2,5	2,6	1,9	2,2

	Taxa de Variação em Cadeia (%)								
	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22	1ºT 23	2ºT 23	3ºT 23	4ºT 23
CNT 4ºT 2023 (85 dias)	1,9	2,3	0,1	0,5	0,5	1,5	0,1	-0,2	0,7
CNT 4ºT 2023 (60 dias)	1,9	2,3	0,1	0,5	0,5	1,5	0,1	-0,2	0,8

CNT - Contas Nacionais Trimestrais



Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final individual – O consumo final individual corresponde à soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).



Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto (RDB) ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

RDB ajustado real das Famílias: Corresponde ao RDB ajustado das Famílias deflacionado com o índice de preços implícito na despesa de consumo final das Famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O RNB (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O PIB (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).



Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de junho de 2024
